



**SÃO
PAULO**

**GOVERNO
DO ESTADO**

**Casa Militar e
Defesa Civil**

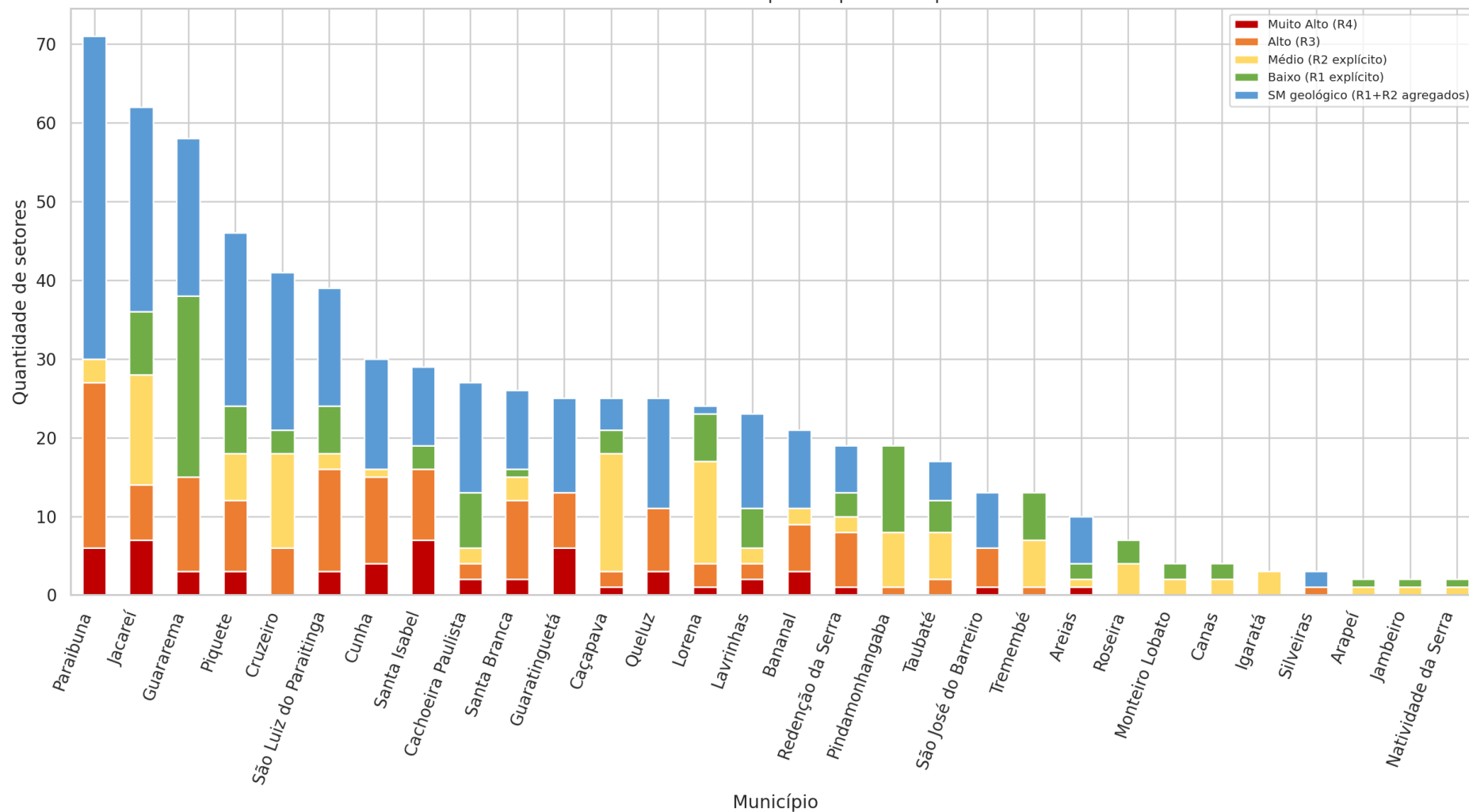
**Captação de recursos do FEHIDRO para ações de
gestão de risco**

30/04/2026

Versão 1

Elaboração de 32 Planos Municipais de Redução de Riscos para municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)

Setores de risco mapeados por município

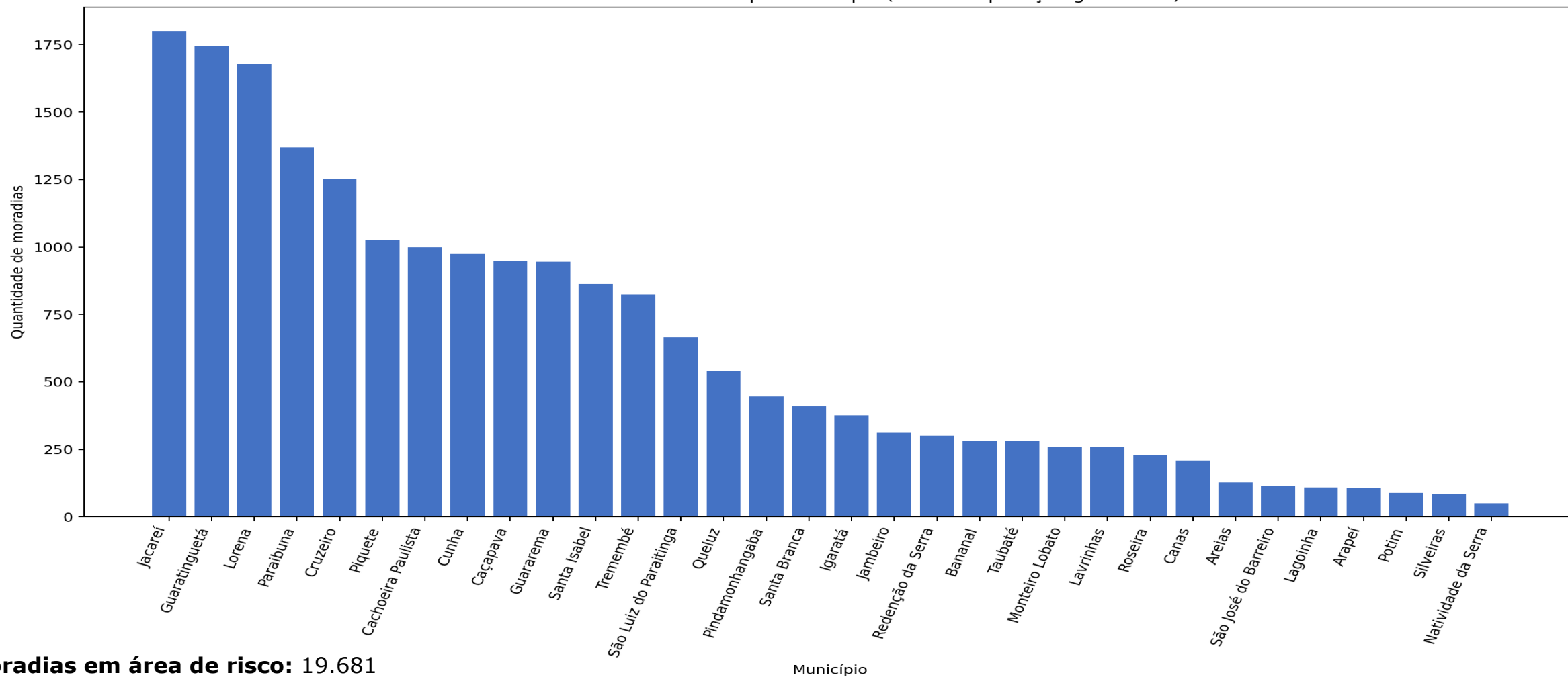


Síntese dos principais totais

- Municípios analisados: 32
- Setores mapeados: 690
- Setores R4: 56
- Setores R3: 145
- Setores geológicos em SM (R1+R2 agregados): 271

Elaboração de 32 Planos Municipais de Redução de Riscos para municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)

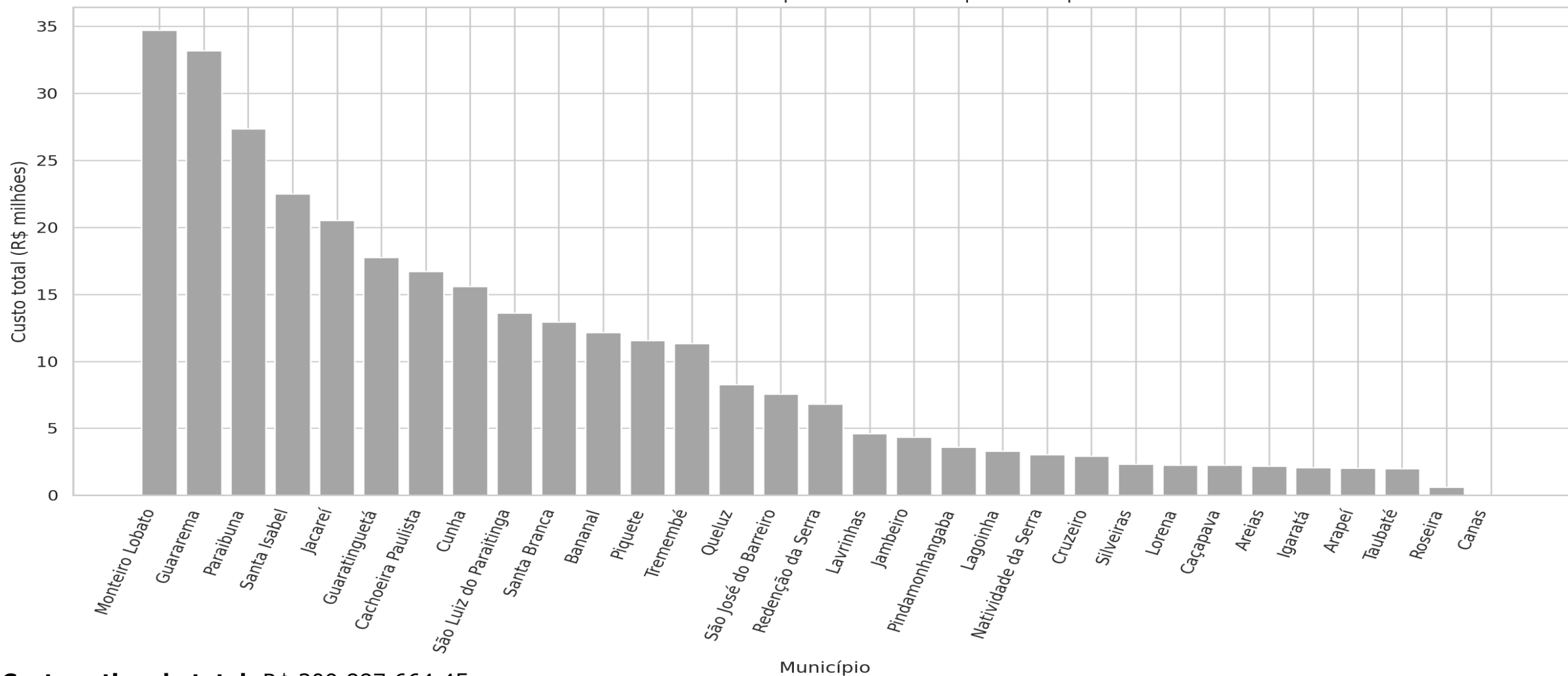
Moradias em áreas de risco por município (sem deduplicação geo+hidro)



Moradias em área de risco: 19.681
Pessoas em área de risco: 59.043 (IBGE)

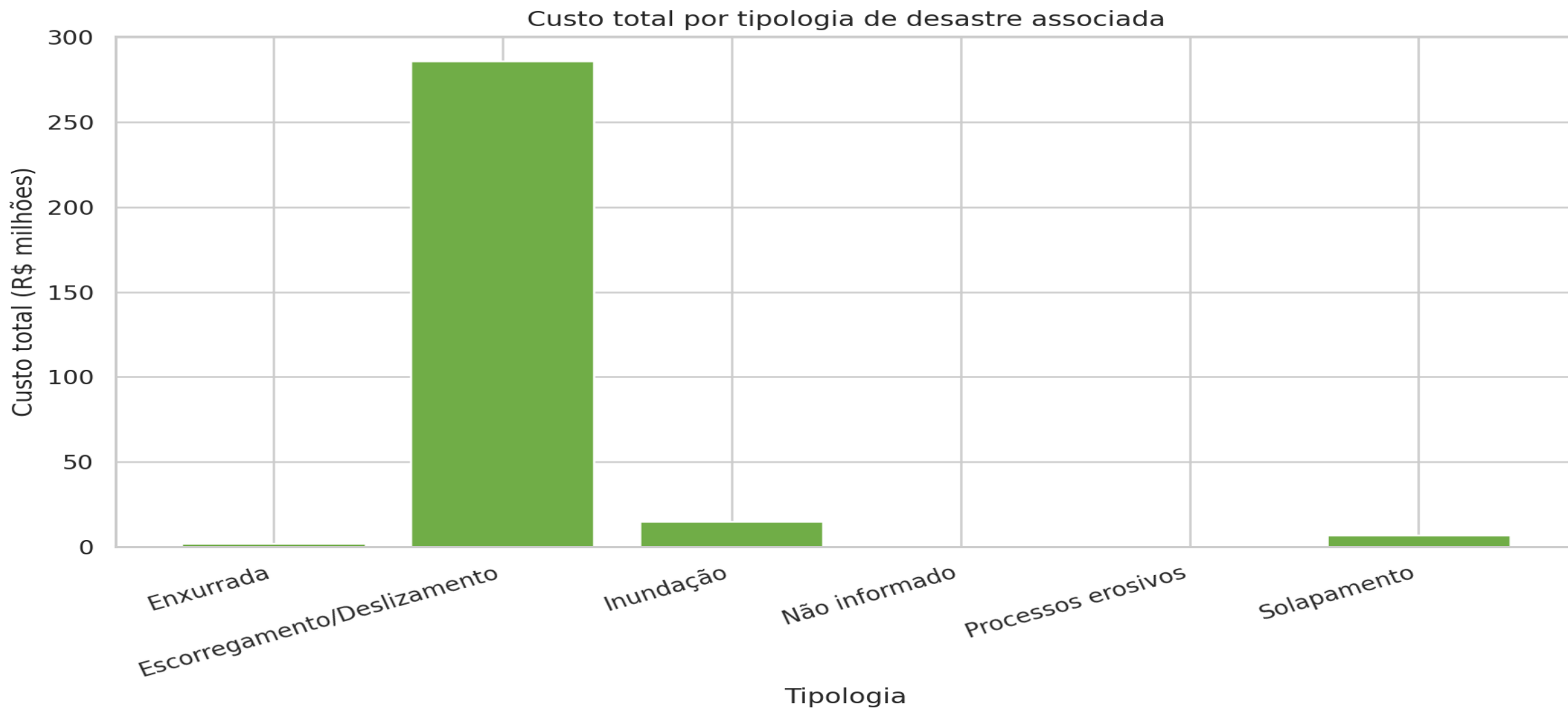
Elaboração de 32 Planos Municipais de Redução de Riscos para municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)

Custo total estimado explicitado nos PDFs por município



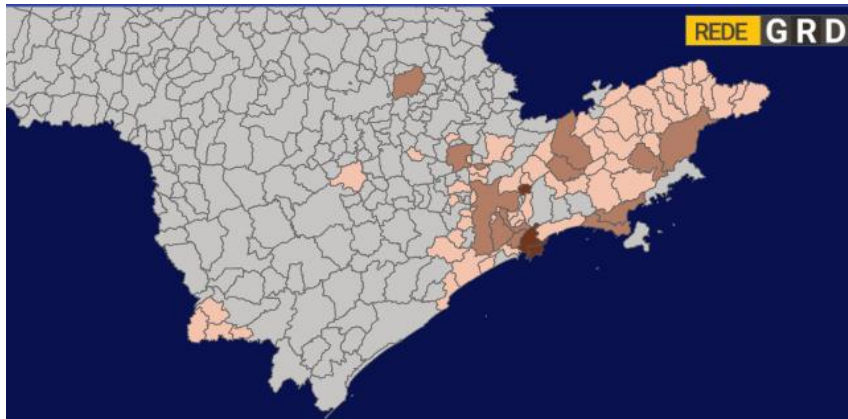
Custo estimado total: R\$ 309.887.664,45

Elaboração de 32 Planos Municipais de Redução de Riscos para municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)

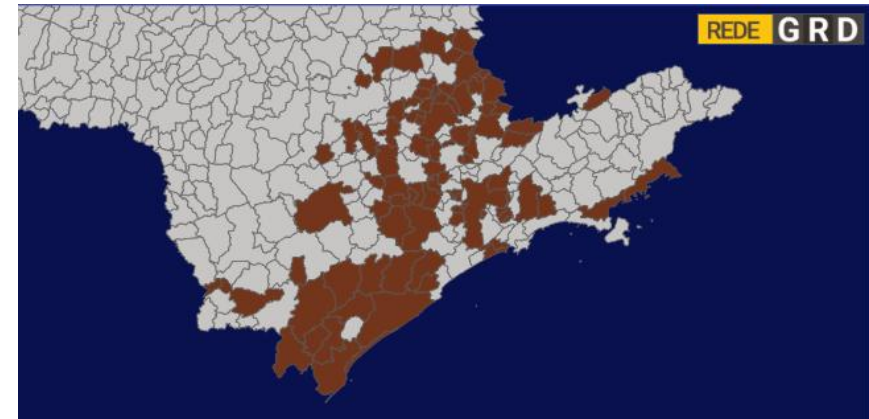


Custo estimado total: R\$ 309.887.664,45

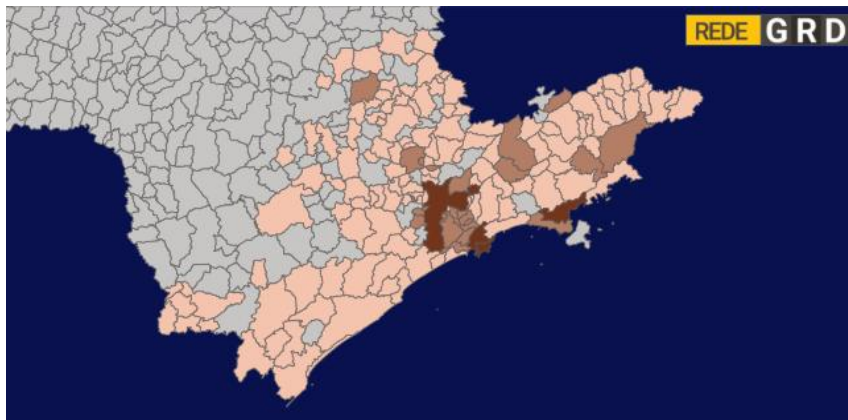
Identificação e Mapeamento de Riscos – 208 Municípios Prioritários Objetivo: Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR)



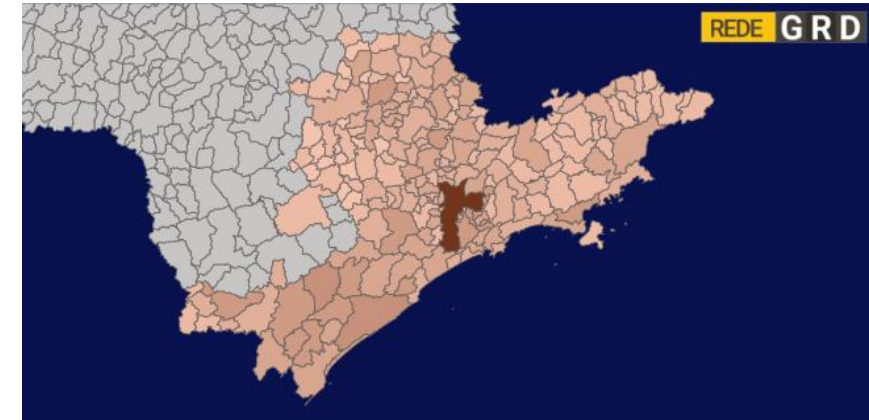
Produzidos: 81 municípios



Em produção e previstos: 89 municípios



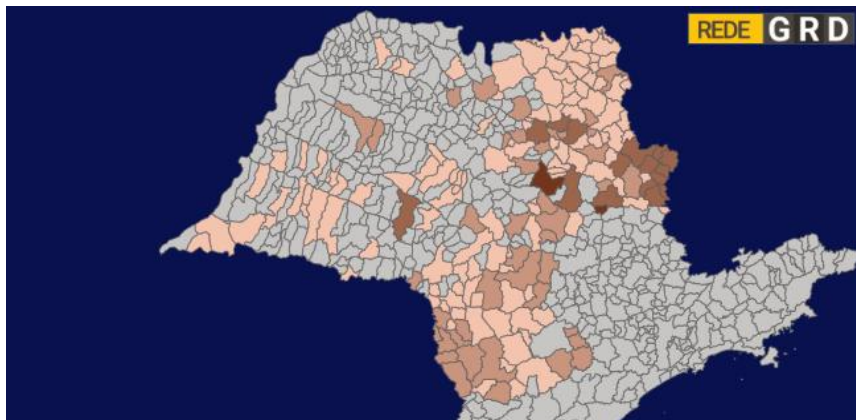
Total de contemplados: 156 municípios



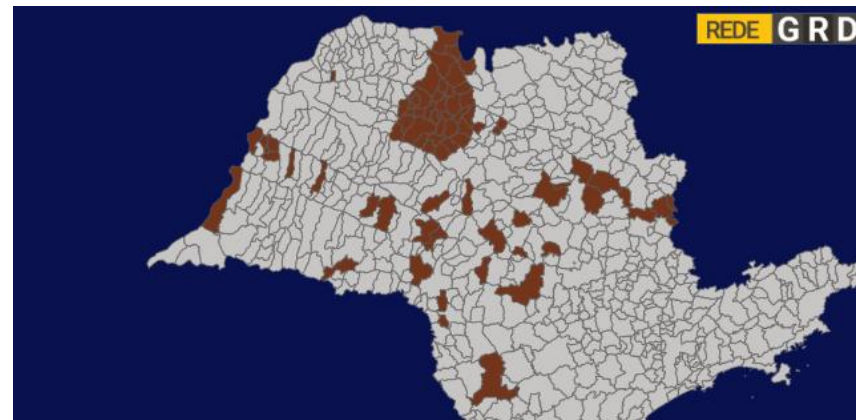
Necessários 52 para atender os 208

Identificação e Mapeamento de Riscos – os demais 437 Municípios

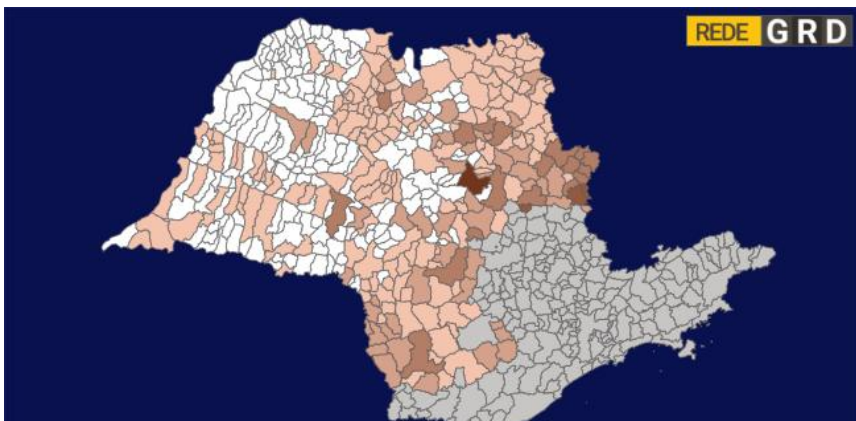
Objetivo: Mapeamento de Riscos



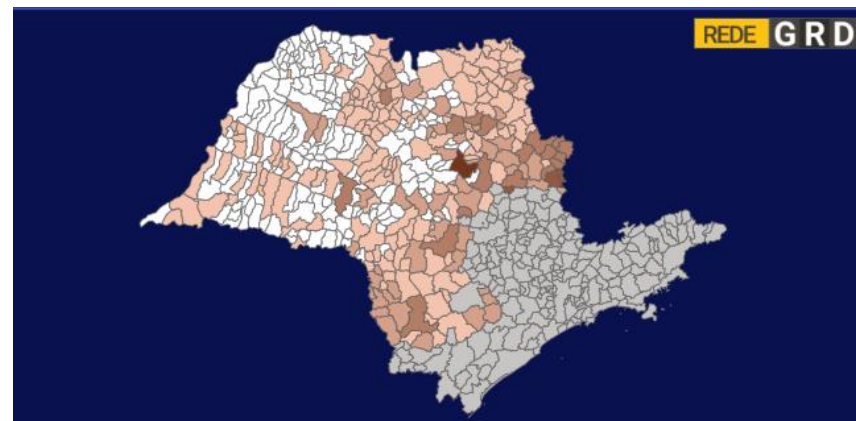
Produzidos: 178 municípios



Em produção e previstos: 74 municípios



Total de contemplados: 235 municípios



Necessários 202 para atender os 437

Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - Lei nº 12.608/12

- A PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil, por intermédio da sua integração com todas as demais políticas públicas setoriais (Sistema).
- Diretriz da PNPDEC: **adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água.**
- Compete ao Estado executar a PNPDEC em seu âmbito territorial.

Política Estadual de Proteção e Defesa Civil - Decreto nº 64.592/19

-Artigo 9º - A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC) será constituída por representantes dos seguintes órgãos:

I - 1 (um) de cada Secretaria de Estado;

II - 1 (um) da Polícia Militar;

III - 1 (um) do Corpo de Bombeiros;

IV - 1 (um) da Polícia Civil;

V - 1 (um) da Superintendência da Polícia Técnico Científica;

VI - 1 (um) do Fundo Social de São Paulo - FUSSP.

-Artigo 8º, parágrafo único: O Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil – DEPDEC fornecerá o apoio necessário à CEPDEC.



Política Estadual de Proteção e Defesa Civil - Decreto nº 64.592/19

Artigo 15, inciso II - Em articulação com o Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil cabe à SEMIL:

- a) **promover o planejamento e a adoção de medidas relacionadas com o controle de cheias e inundações**, através do monitoramento das condições hidrológicas e dos deflúvios das barragens dos sistemas hidrelétricos e das bacias hidrográficas;
- b) **promover o planejamento e a adoção de medidas de defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos ao meio ambiente, à saúde e segurança pública e prejuízos econômicos ou sociais**, dentro de seu escopo de atuação;
- c) **apoiar e incentivar a adoção, pelos Municípios paulistas, de medidas para proteger e conservar as águas e prevenir seus efeitos adversos**, por meio:
 1. da **implantação de sistemas de alerta de proteção e defesa civil**, para garantir a segurança e a saúde pública quando de eventos hidrológicos indesejáveis;
 2. do **zoneamento de áreas inundáveis**, estabelecendo as restrições para uso daquelas sujeitas a inundações frequentes, e a priorização da manutenção ou aumento da capacidade de infiltração do solo;
- d) **desenvolver**, dentro de seu escopo de atuação, **estudos e pesquisas que permitam determinar áreas de riscos**;

Política Estadual de Proteção e Defesa Civil - Decreto nº 64.592/19

GOVERNO DO ESTADO DE SP

CEPDEC

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil
(Secretários de Estado)

Apoio técnico,
operacional e administrativo



DEPDeC

Departamento Estadual
de Proteção e Defesa Civil



Artigo 8º - À Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC cabe:

III-em articulação com a União e os Municípios paulistas:

b) promover a identificação e o mapeamento das áreas de risco no Estado e realizar estudos para identificação de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades;

c) realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco;

IV - prever recursos orçamentários próprios, necessários às ações de proteção e defesa civil.

Parágrafo único: O Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil - DEPDEC, da Casa Militar do Gabinete do Governador, fornecerá o apoio necessário à CEPDEC.

Produção: Casa Militar como tomador (Defesa Civil Estadual) Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT)



Cartas Geotécnicas de mapeamento de suscetibilidade, aptidão à urbanização e risco

Defesa Civil Estadual
Divisão de Prevenção

Cartas Geotécnicas	Municípios Contemplados
<p>1</p> <p>RISCO</p>	<p>1</p> <p>RISCO</p>
<p>Investimento</p> <p>1,80 Mi</p>	<p>População beneficiada</p> <p>179,20 Mil</p>

Cartas Geotécnicas e Municípios contemplados por REPDEC SEDE

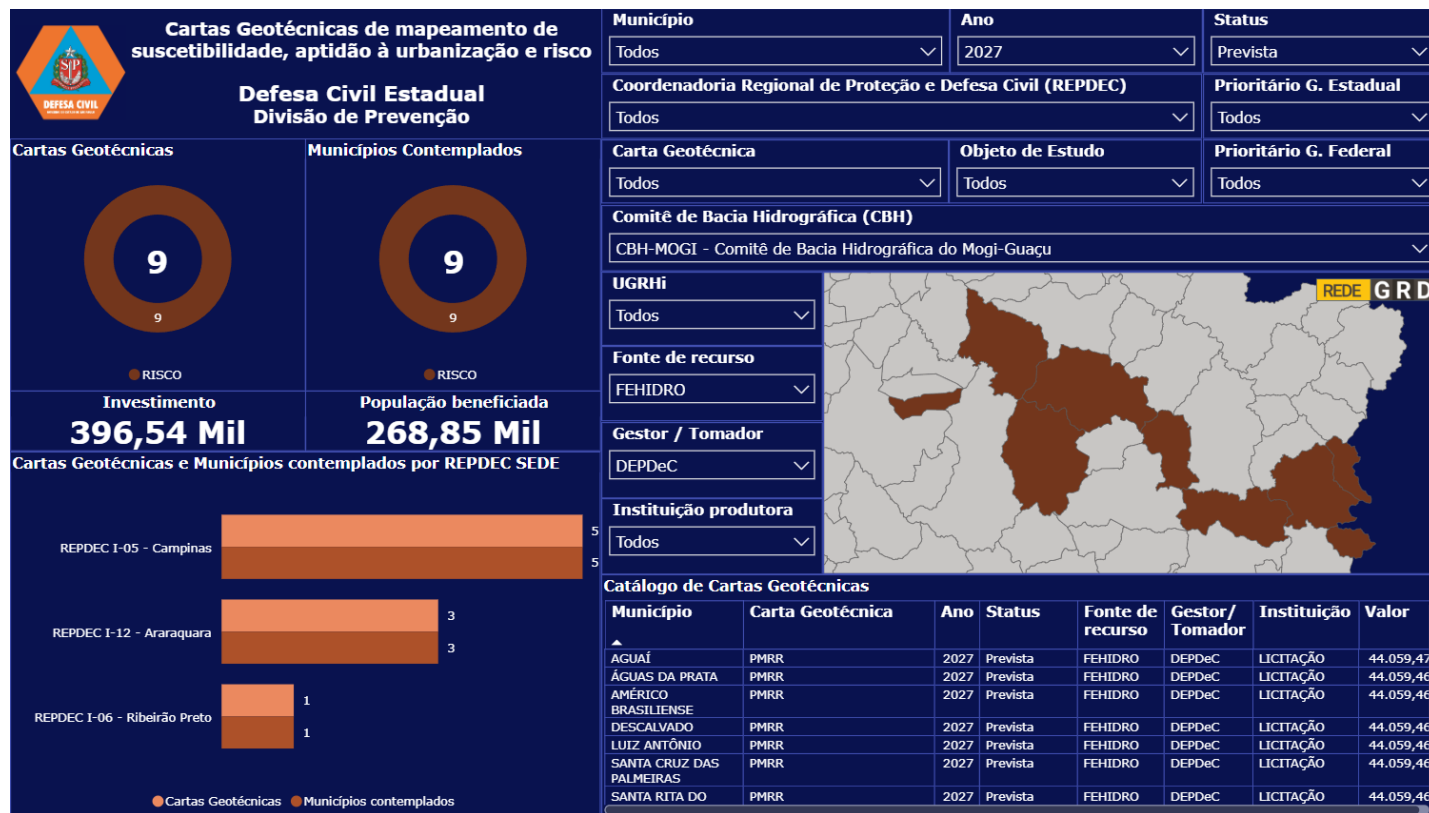
REPDEC	Município	Carta Geotécnica	Ano	Status	Fonte de recurso	Gestor / Tomador	Instituição	Valor
REPDEC M-3 - Guarulhos								

Município	Todos	Ano	2026	Status	Em produção
Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (REPDEC)	Todos	Prioritário G. Estadual	SIM	Prioritário G. Federal	Todos
Carta Geotécnica	PMRR	Objeto de Estudo	RISCO	Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH)	CBH-AT - Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê
UGRHi	UGRHI 06	Fonte de recurso	FEHIDRO	Gestor / Tomador	DEPDeC
Instituição produtora	Todos				

Catálogo de Cartas Geotécnicas

Município	Carta Geotécnica	Ano	Status	Fonte de recurso	Gestor / Tomador	Instituição	Valor
FERRAZ DE VASCONCELOS	PMRR	2026	Em produção	FEHIDRO	DEPDeC	IPT	1.798.558,29

Produção: Casa Militar como tomador (Defesa Civil Estadual) Comitê da Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu (CBH-MOGI)



Município	Carta Geotécnica	Ano	Status	Fonte de recurso	Gestor/ Tomador	Instituição
AGUAÍ	PMRR	2027	Prevista	FEHIDRO	DEPDeC	LICITAÇÃO
ÁGUAS DA PRATA	PMRR	2027	Prevista	FEHIDRO	DEPDeC	LICITAÇÃO
AMÉRICO BRASILIENSE	PMRR	2027	Prevista	FEHIDRO	DEPDeC	LICITAÇÃO
DESCALVADO	PMRR	2027	Prevista	FEHIDRO	DEPDeC	LICITAÇÃO
LUIZ ANTÔNIO	PMRR	2027	Prevista	FEHIDRO	DEPDeC	LICITAÇÃO
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	PMRR	2027	Prevista	FEHIDRO	DEPDeC	LICITAÇÃO
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	PMRR	2027	Prevista	FEHIDRO	DEPDeC	LICITAÇÃO
SANTO ANTÔNIO DO JARDIM	PMRR	2027	Prevista	FEHIDRO	DEPDeC	LICITAÇÃO
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	PMRR	2027	Prevista	FEHIDRO	DEPDeC	LICITAÇÃO

- Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo (CBH-PARDO): NÃO ANALISADO
- Possibilidade de contratação de Carta de Suscetibilidade e de Aptidão à Urbanização

Possibilidade de atendimento com recursos do FEHIDRO

COMITÊ	AÇÃO (PAPI)	MUNICÍPIOS	INSTRUMENTO
CBH-ALPA - Comitê do Alto Paranapanema	Implementação de sistema de prevenção e defesa contra inundações nos municípios da UGRHi-14.	2	PMRR
CBH-AP - Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe	-	52	Mapeamento
CBH-BPG - Comitê das Bacias Hidrográficas do Baixo Pardo/Grande	ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE DRENAGEM	8	Mapeamento
CBH-BT - Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê	Melhoramento do sistema de drenagem urbana para fins de proteção do manancial de captação superficial	39	Mapeamento
CBH-MOGI - Comitê de Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu	Elaboração de Plano de Macrodrenagem Urbana,	2	PMRR
CBH-MP - Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema	-	32	Mapeamento
CBH-PARDO - Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo	-	12	Mapeamento
CBH-PP - Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema	Ações estruturais de micro ou macro drenagem para mitigação de inundações e alagamentos	15	Mapeamento
CBH-PS - Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul	Elaborar projetos e/ou obras de combate a alagamentos e inundações urbanas em municípios prioritários (com ≥ 10 ocorrências no período analisado - 2009 a 2018). Ações estruturais para mitigação dos efeitos	2	PMRR
CBH-SJD - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados	-	25	Mapeamento
CBH-TB - Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Batalha	Drenagem Urbana e Controle de Alagamentos, Controle de Erosão e Canalização, Mitigação da Escassez Hídrica	25	Mapeamento
CBH-TG - Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Grande e Turvo	Drenagem Urbana e Controle de Alagamentos, Mitigação da Escassez Hídrica	6	Mapeamento
CBH-TJ - Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré	Plano de contingência para mitigação dos problemas causados pela estiagem em cidades da UGRHI 13	19	Mapeamento

-Diagnóstico da compatibilidade dos Instrumentos de Risco existentes (alterações de metodologia, de ocupação, mudanças climáticas)*

-Elaboração de meta para mapeamentos no Estado

-Carta de Suscetibilidade

-Carta de Aptidão à Urbanização

-Carta de Risco

-Elaboração de Plano de Contingência Municipal


-Execução de obras indicadas nas cartas


-Estudos com base nas projeções de mudanças climáticas

-Estudos em áreas de perigo de riscos tecnológicos

-Apoio aos municípios**



 metropoles.sp e metropoles

 metropoles.sp • 2 sem

A Justiça determinou que o município de Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, atualize o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) e o plano de contingência voltado para situações de chuvas intensas e desastres naturais. A decisão foi mantida pela Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que estabeleceu prazos para que a prefeitura apresente um cronograma detalhado e conclua a atualização dos documentos. Em caso de descumprimento, poderá ser aplicada multa diária de R\$ 10 mil.

A ação foi proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), que apontou a necessidade de identificar e classificar as áreas de risco do município. Segundo o órgão, o plano atualmente em vigor foi elaborado em 2006 e, desde então, não

1,2 mil 41

16 de março

[Entrar para curtir ou comentar.](#)



Atualização necessária

O caso reforça a necessidade de atualizar os mapas de risco no país, incorporando:

- ! Trajetória e velocidade.
- ! Áreas de deposição dos materiais.
- ! Dinâmica de ocupação e fatores climáticos.



 unifespoficial • Seguir



 reyzamarinonagamatsu 6 d
@henriquedecarvalhoCarlos
1 curtida Responder

 leosmmas 1 sem
🔥🔥🔥🔥🔥
Curtir Responder

 paulohenriquesilvaleme 1 sem
Não encontrei o link da pesquisa. Podem fornecer?
Curtir Responder

 daniel_balzani 1 sem
Isso é muito legal, estou usando no meu mestrado de suscetibilidade a deslizamentos :)
1 curtida Responder

1,3 mil 14

17 de março

[Entrar para curtir ou comentar.](#)



**SÃO
PAULO**
**GOVERNO
DO ESTADO**
**Casa Militar e
Defesa Civil**

OBRIGADO

1º Tenente PM Tiago Luiz Lourençon

Divisão de Prevenção - Núcleo de Análise de Risco

Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil

defesacivilprevencao@sp.gov.br